



# ESTRATÉGIA & AÇÃO

## E AGORA? NOVOS GOVERNANTES, VELHOS PROBLEMAS!

*“O fato de que muitos políticos de sucesso são mentirosos, não é exclusivamente reflexo da classe política, é também um reflexo do eleitorado. Quando as pessoas querem o impossível somente os mentirosos podem satisfazê-las” (Thomas Sowell)*

Nilson Pimentel (\*)

02/nov/2018 – JCAM

Finalizada a campanha política que determinou o fim do processo eleitoral com a eleição de novos governantes para o estado e para o país, se dá início a uma realidade de enfrentamento dos desafios que se colocam nos caminhos das novas gestões públicas.

No Amazonas os desafios a serem enfrentados são imensos, quer nos serviços públicos básicos como a educação, a saúde e a segurança pública, quer no legado que será herdado pelo novo governante são de tal monta que somente reformas profundas serão capazes de resgatar o equilíbrio desses serviços públicos, os remendos foram feitos e não surtiram resultados positivos, a despeito de todas as suspeitas de malversação de recursos públicos que pairam sobre esses segmentos.

Urge a hora que o novo governante adote a meritocracia como norma pétrea da nova gestão pública, selecionando uma equipe de secretariado que esteja à altura desses grandes desafios que o Amazonas terá que enfrentar, chega de conchavos e apadrinhamentos escusos, doravante se precisa adotar um sistema de governança forte que si quer alcançar, novos tempos de desenvolvimento econômico social para a sociedade amazonense.

O equilíbrio financeiro-fiscal das contas públicas do Amazonas será primordial para nova gestão estadual, principalmente na receita orçamentária e os limites de gastos e despesas, frente a Lei de Responsabilidade Fiscal será necessário, principalmente com relação as despesas de custeio da ineficiente máquina pública.

Excessos de cargos comissionados, chefias e assessoramentos desnecessários, sem que resultem em maior eficiência dos serviços prestados, sem respeito a meritocracia como método de gestão, cabides de empregos de partidários de quem está no poder! uma vergonha!

Os problemas e entraves que o novo executivo estadual irá encontrar na administração pública do Amazonas são grandiosos, notadamente, no que se refere à desestruturação e desorganização da arquitetura orgânica do estado promovida pela nefasta gestão do governo Melo.

Como se encontra a atual arquitetura orgânica administrativa estadual não será possível alcançar os resultados positivos que a esperança popular garantiu ao novo governante. Ressalte-se que nesses últimos anos o Amazonas

vem perdendo a contrapartida de retorno do fluxo de recursos tributários líquidos para o governo federal, algo em torno de 53%, por falta de projetos qualificados e por não se ter simetria estrutural como governo central, havendo prejudicial descompasso desfavorável ao Amazonas.

Por outro lado, o novo governante terá o desafio de formatar o Planejamento Econômico Estratégico para o Amazonas, no qual seja possível conhecer o Perfil Econômico de todos os Municípios, de forma a organizar a elaboração de programas e projetos para o desenvolvimento econômico regional de base endógena para os espaços municipais das nove sub-regiões amazonenses.

Para tanto, resgatar ou retirar os Municípios do estado de latência e estagnação econômica que se encontram se coloca como hercúleo desafio ao novo governante, objetivando esses enfrentamentos deve buscar recursos financeiros para investimentos produtivos diretos, nacionais e estrangeiros, principalmente em parcerias público-privado, pois sem o equilíbrio orçamentário não lhe sobrarão recursos para investimentos infra-estruturais, logística e, para os processos de desenvolvimento econômico endógeno.

Corroborando com a quebra do velho paradigma, o novo governante deverá necessariamente adotar e fomentar Redes Institucionais de Ações, que permitam nova forma da governança estadual, que almeje resultados comprometidos com o futuro e com o desenvolvimento econômico regional endógeno do Amazonas.

E, para aqueles que ainda não entendem o que seja uma Economia Endógena, os economistas do Clube de Economia da Amazônia - CEA explanam que representa processos que utilizam todos os potenciais naturais regionais que possuem caracterização de utilidades produtivas na racionalidade econômica, de fauna, flora e ambiental, vistos assim: pescado, minerais, recursos florestais e não florestais, óleos e extratos, os diversos vieses econômicos de turismo, fruticultura, produção agrícola familiar, floricultura, desenvolvimento tecnológico de cadeias produtivas, estabelecimento de normas legais e econômicas para aquicultura, incentivar estudos científicos econômicos para os serviços ambientais, etc.

Também, cabe ao novo governante, ações efetivas que influencie à reestruturação do projeto Zona Franca de Manaus – ZFM e seu Polo Industrial de Manaus – PIM, já bem fragilizado quanto à sua concepção estrutural legal, o qual passa por ápice de desemprego, declínio da produção industrial, desinstalação e fuga de empresas, abandono político do Distrito Industrial, perda total da importância administrativa-financeira da Superintendência da ZFM – SUFRAMA para o projeto, devendo atuar com força de gestão apropriada junto ao novo governo federal que se estrutura maciçamente no super Ministério da Economia (Fazenda, Planejamento e Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior), assim como, estabelecer novos parâmetros e normas condicionantes compatíveis com o estado d'arte da economia globalizante, para a nova Legislação dos Incentivos Fiscais do ICMS necessária, como parte integrante do arcabouço legal dos Incentivos Fiscais da ZFM.

Visto ainda ser o único e principal projeto de desenvolvimento econômico que sustenta a Economia do Amazonas, o projeto ZFM deve ser tratado pelo viés político amplo, pois abrange os Estados da Amazônia Ocidental e Amapá, no qual a nova bancada federal e os senadores devem encampar uma bandeira única de defesa desse grande projeto, sua reestruturação econômica tributária, autonomia administrativa e, até mesmo transformá-lo em Agência de Desenvolvimento Regional mais específica de industrialização regional, mesmo que exista ato gravado legalmente na Constituição Federal-1988 que assegura os preceitos legais da ZFM, quanto ao seu arcabouço dos Incentivos Fiscais.

Grande parcela da população conhece a fragilidade do projeto lastreado em Incentivos Fiscais, mas tão necessário ao desenvolvimento econômico do Amazonas e da Amazônia Ocidental, porém ainda, depois de 51 anos não sedimentado economicamente e nem aderente à economia regional, incapaz de auto sustentabilidade pois dependente exclusivamente de decisões exógenas.

Também, se sabe que a população tem dificuldade de perceber que governo não gera riqueza, e que se financia

inteiramente com o dinheiro da sociedade, via impostos e contribuições.

O governo é financiado por você, e se você não usufrui das políticas públicas executadas, é porque tem alguém muito organizado extraíndo o máximo que pode dos recursos públicos. Então, ao trabalho que o tempo urge !!!

***(\*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.***